



**Ata da reunião ordinária n.º 03 de 16 de março de 2016**  
**da Junta de Freguesia da Vila de Capelas**

Aos dezasseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Capelas e na sala para este fim destinada, reuniu, em sessão ordinária, a Junta de Freguesia de Capelas sob a Presidência de Rui Alexandre Barbosa de Sousa, com os vogais Norberto Manuel Rodrigues da Costa (Secretário) e Carla Alexandra Melo Reis (Tesoureira).

O Senhor Presidente saudou todos os membros do executivo e agradeceu a sua presença na reunião, declarando de seguida aberta a reunião às dezanove horas e cinquenta minutos.

**ORDEM DO DIA**

**PONTO 1 – ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA**

Pelo senhor Secretário foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo o ponto de situação dos trabalhos e tarefas em curso e/ou executadas nas últimas semanas, fazendo saber o seguinte:

- Manutenção e limpeza dos arruamentos da Vila;
- Manutenção e limpeza dos caminhos do IROA, S.A.;
- Continuação de construção de muros de pedra no Caminho das Pias;
- Vedação de espaço para estaleiro a ser utilizado pela Junta na zona do Sertão;
- Início dos trabalhos de construção da rotunda na Rua do Sertão;
- Recolha de monstros em vários arruamentos da Vila;
- Continuação dos trabalhos do alteamento do muro no espaço circundante às moradias na zona do Sertão onde decorre a requalificação daquele espaço – futuro parque recreativo do Sertão;
- Distribuição de raticida.

**PONTO 2 – CONTAS DE GERÊNCIA DO ANO DE 2015 (DL N.º 025/2016)**

Foram submetidos à aprovação do Órgão Executivo, os documentos de prestação de contas do ano económico de dois mil e quinze, nomeadamente, Controlo Orçamental de Despesa, Controlo Orçamental de Receita, Execução do Plano Plurianual de Investimentos, Fluxos de Caixa, Contas de Ordem, Mapas de Empréstimos, Outras Dívidas a Terceiros, Operações de Tesouraria, Modificações do Orçamento de



Receita, Modificações do Orçamento de Despesa, Modificações ao Plano Plurianual de Investimento, Caracterização da Entidade, Relatório de Gestão, Guia de Remessa, Resumo Diário de Tesouraria, Síntese das Reconciliações Bancárias e Relação Nominal dos Responsáveis. Estes mapas foram presentes nesta reunião, assinados pelos membros presentes, encontrando-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando tal for solicitado.



Os documentos de prestação de contas apresentam um saldo de gerência anterior no total de 14.313,63 € (catorze mil, trezentos e treze euros e sessenta e três cêntimos), sendo 13.968,74 € (treze mil, novecentos e sessenta e oito euros e setenta e quatro cêntimos) de execução orçamental e 344,89 € (trezentos e quarenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos) de operações de tesouraria. A receita soma um total de 255.846,70 € (duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis euros e setenta cêntimos). A despesa soma um total de 245.525,93 € (duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco euros e noventa e três cêntimos). O saldo total para a gerência seguinte é de 24.663,84 €, (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos), sendo 24.289,51 € (vinte e quatro mil, duzentos e oitenta e nove euros e cinquenta e um cêntimos) de execução orçamental e 374,33 € (trezentos e setenta e quatro euros e trinta e três cêntimos) de operações de tesouraria.

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a prestação de contas do ano económico de dois mil e quinze e submeter estes documentos à aprovação da Assembleia de Freguesia em sessão ordinária a realizar no próximo mês de abril.

### **PONTO 3 – ANULAÇÃO DO ALVARÁ N.º 15/2015 (DL N.º 026/2016)**

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo um pedido dos serviços de expediente da Junta de Freguesia para a anulação do Alvará n.º 15/2015, referente ao Ossário n.º 15, do módulo A, da 16.ª secção do Cemitério da Vila de Capelas, motivado pela desistência da senhora Maria Cecília Rego Cabral de Viveiros Soares em adquirir o ossário individual.

Apreciado o assunto, a Junta deliberou, por unanimidade, revogar o presente alvará e dar conhecimento desta deliberação à senhora Maria Cecília Rego Cabral de Viveiros Soares, encerrando-se o presente assunto.

### **PONTO 4 – AVERBAMENTO DE ALVARÁ DA SEPULTURA N.º 543 (DL N.º 027/2016)**

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo 1 (um) requerimento para o averbamento do alvará da sepultura n.º 543, da 11.ª secção do Cemitério da Vila de Capelas (outrora sepultura n.º 76 do "cemitério velho"). Nesta sepultura encontra-se inumado António Pereira, falecido a 12/06/2014.

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por



unanimidade, emitir o averbamento do alvará da sepultura n.º 543, concedendo o direito de uso da mesma a Luciana Paula Miguel Pereira, residente na Rua do Sertão n.º 29, 9545-100 Vila de Capelas, sujeitando-se ao cumprimento do Regulamento do Cemitério em vigor.

Mais deliberou a Junta autorizar a emissão do Averbamento de Alvará n.º 01/2016, que será assinado pelo seu Presidente e autenticado com o selo branco em uso nesta Junta de Freguesia.

#### **PONTO 5 – DECISÃO DE CANDIDATURA AO PROGRAMA PRORURAL+ PARA A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO RECREATIVO EXTERIOR DO SERTÃO (DL N.º 028/2016)**

Tendo em conta a necessidade da criação de espaços recreativos para a realização de diversas atividades destinados a toda a população da Vila de Capelas, tais como, a prática de jogos tradicionais, a manutenção física ao ar livre e um parque infantil, a Junta deliberou, por unanimidade, apresentar uma candidatura no âmbito do Programa PRORURAL+, com a criação do projeto **“Construção de espaço recreativo exterior do Sertão”**.

Mais deliberou a Junta aprovar a revisão ao plano e orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2016 de modo a introduzir este projeto, cujo valor estimado é de 30.000,00 € (trinta mil euros).

#### **PONTO 6 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO PARA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO RECREATIVO EXTERIOR DO SERTÃO (DL N.º 029/2016)**

Considerando que esta necessidade só pode ser suprimida com a abertura do presente procedimento, a Junta deliberou, por unanimidade, autorizar o procedimento de Ajuste Direto para a celebração do futuro contrato de **“Construção de espaço recreativo exterior do Sertão”**, com um valor estimado de 30.000,00 € (trinta mil euros), com o convite às seguintes empresas:

- a) FAMEG – Montagens Eléctricas Gerais, S.A.;
- b) Irmãos Rodrigues Costa, Lda.;
- c) José Paulo Medeiros Castro, Lda..

Mais deliberou a Junta aprovar as respetivas peças do procedimento em anexo, fazendo parte integrante da presente ata.

#### **PONTO 7 – REQUERIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE OSSÁRIOS INDIVIDUAIS DO CEMITÉRIO (DL N.º 030/2016)**

Foram presentes à apreciação do Órgão Executivo 2 (dois) requerimentos para concessão de ossários individuais no Cemitério de Capelas:

- Requerimento n.º 012/2016, com data de 07/03/2016, da senhora Maria da Conceição Barbosa Roque Sousa, nascida a 27/11/1957, no estado civil de



casada, portadora do Cartão de Cidadão n.º 05245166 6ZZ7, emitido pela República Portuguesa, residente na Rua do Lural n.º 44, 9545-137 Vila de Capelas;

- Requerimento n.º 013/2016, com data de 10/03/2016, da senhora Margarida Maria Rebelo de Sousa Freitas, nascida a 16/08/1958, no estado civil de casada, portadora do Cartão de Cidadão n.º 05245194 1ZZ4, emitido pela República Portuguesa, residente na Rua do Balieiro n.º 38, 9545-144 Vila de Capelas.

Apreciados os requerimentos e confirmados os dados, a Junta, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, emitir os alvarás de concessão de ossários, para os requerentes acima mencionados.

Mais deliberou a Junta, em consequência da anulação do alvará n.º 15/2015, atribuir à senhora Maria da Conceição Barbosa Roque Sousa o ossário n.º 15 e à senhora Margarida Maria Rebelo de Sousa Freitas o ossário n.º 28, do módulo A, da 16.ª secção do cemitério de Capelas.

#### **PONTO 8 – DECISÃO DE CANDIDATURA AO PROGRAMA “ECO FREGUESIA, FREGUESIA LIMPA 2016” (DL N.º 031/2016)**

Pelo Senhor Presidente foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo o Regulamento do programa “ECO FREGUESIA, FREGUESIA LIMPA 2016”, organizado pelo Governo dos Açores através da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente.

Este concurso tem como principal objetivo o de reconhecer e distinguir os esforços das freguesias em colaboração com as populações nas áreas de limpeza, remoção e destino final dos resíduos nos espaços públicos da freguesia. Esta iniciativa pretende premiar o bom desempenho ambiental dos cidadãos e entidades intervenientes e a sua realização justifica-se pela crescente importância para o bem-estar das suas populações.

Colocado o assunto à votação, e atendendo à importância da manutenção da limpeza da freguesia, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a realização de nova candidatura à 7.ª Edição do concurso “ECO Freguesia, Freguesia Limpa 2016”.

A ficha de inscrição será preenchida e assinada pelo Senhor Presidente, coordenador/responsável do programa, e a inscrição deverá ser efetuada até ao próximo dia 31 de março, por correio eletrónico ou fax.

#### **PONTO 9 – ACEITAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA COM A SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E TRANSPORTES (DL N.º 032/2016)**

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo um Contrato-Programa a celebrar entre a Secretaria Regional do Turismo e Transportes e a Junta de Freguesia de Capelas,





reservado a obras de beneficiação de infraestruturas e zonas públicas da freguesia, no valor de 24.900,00 € (vinte e quatro mil e novecentos euros).

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, aprovar o presente Contrato-Programa, que será submetido à aprovação da Assembleia de Freguesia em sessão ordinária a realizar no próximo mês de abril.

#### **PONTO 10 – TOLERÂNCIA DE PONTO (DL N.º 033/2016)**

Tendo em consideração a relevância que a celebração da Páscoa representa para as famílias açorianas e a tradição de conceder tolerância de ponto de modo a permitir a adequada celebração dessas festividades, a Junta deliberou, por unanimidade, conceder tolerância de ponto a todos os trabalhadores da autarquia na tarde de quinta-feira santa, dia 24 de março.

Mais deliberou a Junta estender esta decisão a todos os colaboradores que se encontram nesta autarquia ao abrigo dos programas ocupacionais RECUPERAR e FIOS.

#### **PONTO 11 – APROVAÇÃO DO MAPA DE FÉRIAS 2016 (DL N.º 034/2016)**

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo a proposta do Mapa de Férias para o ano de 2016 de todos os funcionários da autarquia.

Tendo o assunto sido apreciado e colocado à votação, a Junta, usando da competência que lhe é conferida pelo disposto nas alíneas b) e e) do artigo 19.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Férias para 2016.

Mais deliberou a Junta afixar o referido Mapa de Férias no painel informativo da sede da Junta de Freguesia.

#### **PONTO 12 – PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL (DL N.º 035 /2016)**

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo a 1.ª revisão orçamental de 2016 efetuada no passado dia 15 de março de 2016. A revisão orçamental da receita consistiu no seguinte:

1. Na rubrica “07.02.09.05.01 – Ossários”, com previsão inicial de 1.300,00 € (mil e trezentos euros), reforçou-se com 750,00 € (setecentos e cinquenta euros), ficando esta rubrica com a previsão corrigida de 2.050,00 € (dois mil e cinquenta euros);
2. Na rubrica “10.03.07.01 – IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.”, sem previsão inicial, inscreveu-se 30.000,00 €, (trinta mil euros), ficando esta rubrica com a previsão corrigida de 30.000,00 € (trinta mil euros);
3. Na rubrica “10.04.01.01 – Secretaria Regional do Turismo e Transportes”, sem previsão inicial, inscreveu-se 29.775,00 € (vinte e nove mil, setecentos e setenta e cinco euros), ficando esta rubrica com a previsão corrigida de 29.775,00 € (vinte e nove mil, setecentos e setenta e cinco euros);





4. Na rubrica "16.01.01 - Na Posse do Serviço", sem previsão inicial, inscreveu-se 9.898,90 € (nove mil, oitocentos e noventa e oito euros e noventa centavos), ficando esta rubrica com a previsão corrigida de 9.898,90 € (nove mil, oitocentos e noventa e oito euros e noventa centavos);
5. Na rubrica "16.01.03 - Na posse do Serviço - Consignado", sem previsão inicial, inscreveu-se 14.390,61 € (catorze mil, trezentos e noventa euros e sessenta e um centavos), ficando esta rubrica com a previsão corrigida de 14.390,61 € (catorze mil, trezentos noventa euros e sessenta e um centavos).

A revisão orçamental da despesa consistiu no seguinte:

1. Na rubrica "02.01.01 - Matérias-primas e subsidiárias", com dotação inicial de 5.000,00 € (cinco mil euros), reforçou-se com 703,90 € (setecentos e três euros e noventa centavos), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 5.703,90 € (cinco mil, setecentos e três euros e noventa centavos);
2. Na rubrica "02.01.08 - Material de Escritório", com dotação inicial de 770,00 € (setecentos e setenta euros), reforçou-se com 300,00 € (trezentos euros), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 1.070,00 € (mil e setenta euros);
3. Na rubrica "02.01.15 - Prémios, condecorações e ofertas", com dotação inicial de 800,00 € (oitocentos euros), reforçou-se com 300,00 € (trezentos euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 1.100,00 € (mil e cem euros);
4. Na rubrica "01.01.18 - Livros e documentação técnica - sem dotação inicial, inscreveu-se 225,00 € (duzentos e vinte e cinco euros), ficando esta rubrica com uma previsão corrigida de 225,00 € (duzentos e vinte e cinco euros);
5. Na rubrica "02.01.19 - Artigos honoríficos e de decoração", com dotação inicial de 2.050,00 € (dois mil e cinquenta euros), reforçou-se com 370,00 € (trezentos e setenta euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 2.420,00 € (dois mil, quatrocentos e vinte euros);
6. Na rubrica "02.02.14 - Estudos, pareceres, projetos e consultadoria", com dotação inicial de 2.000,00 € (dois mil euros), reforçou-se com 1.000,00 € (mil euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 3.000,00 € (três mil euros);
7. Na rubrica "02.02.25 - Outros Serviços", com dotação inicial de 8.440,00 € (oito mil, quatrocentos e quarenta euros), reforçou-se com 2.000,00 € (dois mil euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 10.440,00 € (dez mil, quatrocentos e quarenta euros);
8. Na rubrica "04.06.02 - Outras Transferências", com dotação inicial de 14.000,00 € (catorze mil euros), reforçou-se com 5.500,00 € (cinco mil e quinhentos euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 19.500,00 € (dezanove mil e quinhentos euros);
9. Na rubrica "04.07.01.10 - Bombeiros Voluntários de Nordeste", sem dotação inicial, inscreveu-se 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros);
10. Na rubrica "07.01.02.03.02 - SRSS - Pequenas obras de reabilitação em habitações" - com dotação inicial de 17.660,44 € (dezassete mil, seiscentos e sessenta euros e quarenta e quatro centavos), reforçou-se com 5.007,17 €



(cinco mil, sete euros e dezassete cêntimos), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 22.667,61 € (vinte e dois mil, seiscentos sessenta e sete euros e sessenta e um cêntimos);

11. Na rubrica "07.01.04.01.01 – Reconstrução do talude da Grotta do Morro, limpeza de leito e execução de muros" – com dotação inicial de 5.000,00 € (cinco mil euros), reforçou-se com 5.000,00 € (cinco mil euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 10.000,00 € (dez mil euros);
12. Na rubrica "07.01.04.01.02 – Obras de beneficiação de infraestruturas e zonas públicas da freguesia", sem dotação inicial, inscreveu-se 28.650,00 € (vinte oito mil, seiscentos e cinquenta euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 28.650,00 € (vinte oito mil, seiscentos e cinquenta euros);
13. Na rubrica "07.01.04.01.03 – Recolha de resíduos abandonados, desobstrução de linhas de água e operações de proteção da biodiversidade", sem dotação inicial, inscreveu-se 2.823,28 € (dois mil, oitocentos vinte e três euros e vinte oito cêntimos), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 2.823,28 € (dois mil, oitocentos vinte e três euros e vinte oito cêntimos);
14. Na rubrica " 07.01.04.01.04 – Obras de Requalificação do Caminho das Pias", sem dotação inicial, inscreveu-se 2.685,16 € (dois mil, seiscentos oitenta e cinco euros e dezasseis cêntimos), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 2.685,16 € (dois mil, seiscentos oitenta e cinco euros e dezasseis cêntimos);
15. Na rubrica "07.01.04.05.01 – Construção de espaço recreativo exterior do Sertão", sem dotação inicial, inscreveu-se 30.000,00 € (trinta mil euros), ficando esta rubrica com uma dotação corrigida de 30.000,00 € (trinta mil euros).

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, ratificar a presente revisão orçamental, que será submetido à aprovação da Assembleia de Freguesia em sessão ordinária a realizar no próximo mês de abril.

### **PONTO 13 – APRECIÇÃO DE PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS (DL 036/2016)**

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo as propostas de três empresas especializadas para fornecimento de 100 (cem) bandeiras com o brasão da autarquia.

Apreciadas as propostas, e tendo em consideração que o preço mais vantajoso é o apresentado pela empresa "Casa das Bandeiras", a Junta deliberou, por unanimidade, adjudicar o fornecimento de 100 (cem) bandeiras àquela empresa, pelo valor de 1.395,00 € (mil trezentos e noventa e cinco euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor em Portugal Continental (23%).

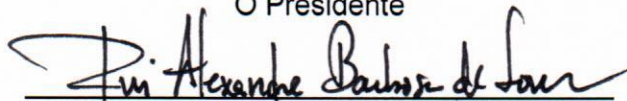
Mais deliberou a Junta solicitar à empresa "Casa das Bandeiras" o envio de uma amostra da bandeira para atestar a qualidade da mesma.

\*\*\*


Não havendo outros assuntos agendados e a tratar, e sendo vinte horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, e para constar,

lavrou-se a presente ata nos termos do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que por mim, Carla Alexandra Melo Reis, foi secretariada e que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros deste Executivo.

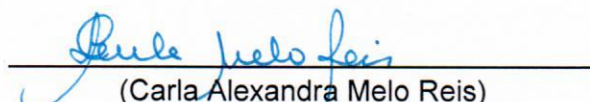
O Presidente

  
\_\_\_\_\_  
(Rui Alexandre Barbosa de Sousa)

O Secretário

  
\_\_\_\_\_  
(Norberto Manuel Rodrigues da Costa)

A Tesoureira

  
\_\_\_\_\_  
(Carla Alexandra Melo Reis)

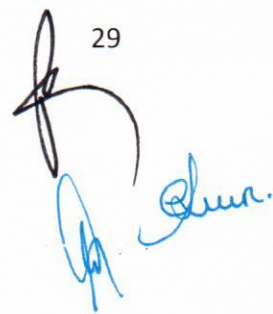




## **ANEXO I**

**“Convite à apresentação de proposta para a celebração de contrato de empreitada de Construção do Espaço Recreativo Exterior do Sertão”**





## EMPRESA A CONVIDAR

Sua Referência

Data

Nossa Referência

Data

xxx/16

xx.xx.2016

**ASSUNTO: Convite à apresentação de proposta para a celebração de contrato de empreitada de Construção do Espaço Recreativo Exterior do Sertão**

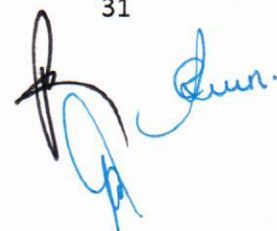
1. A Junta de Freguesia de Capelas, com sede na Rua Nossa Senhora da Apresentação n.º 3, 9545-149 Vila de Capelas, pessoa colectiva n.º 512023271, convida V/ Exa. a apresentar proposta para a celebração do contrato de empreitada de **“Construção do Espaço Recreativo Exterior do Sertão”**.
2. Informa-se que:
  - a) A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Junta de Freguesia n.º 029/2016, de 16 de março de 2016;
  - b) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência da Junta de Freguesia através do e-mail [jfcapelas.geral@gmail.com](mailto:jfcapelas.geral@gmail.com) ou fax 296092696, dentro do prazo previsto para o efeito no Código dos Contratos Públicos (CCP).
3. Não é admitida a apresentação de proposta por um agrupamento de concorrentes.
4. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do proponente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos e de não impedimento, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente convite, do qual faz parte integrante;
  - b) Declaração em como se certificou das condições de execução dos trabalhos, por visita ao local;
  - c) Lista de preços por capítulos/preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no mapa de medições;
  - d) Catálogos e documentação técnica dos equipamentos propostos.
5. Todos os documentos previstos no número anterior devem ser redigidos em língua portuguesa, excepto catálogos e documentação técnica que será aceite em língua inglesa.





6. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
7. Esclarecimentos e rectificação das Peças do Procedimento:
  - a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência da Junta de Freguesia;
  - b) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - c) A resposta aos esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, pela Junta de Freguesia, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - d) O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à rectificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos no número anterior;
  - e) Os esclarecimentos e as rectificações referidos nas alíneas anteriores são juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto;
  - f) Os esclarecimentos prestados e as rectificações efectuadas, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
8. Erros e Omissões do Caderno de Encargos:
  - a) Até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados devem apresentar à entidade referida no ponto 2, alínea b), uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do Caderno de Encargos detetados. A apresentação, por qualquer interessado, da lista prevista no número anterior suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas nos termos do ponto 9 e 9.1 deste convite, desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicitação da decisão do órgão competente para contratar, ou não existindo decisão expressa, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, retomando-se o prazo da entrega, com a prorrogação correspondente ao tempo da suspensão decorrida;
  - b) As listas com a identificação dos erros e das omissões detectadas pelos interessados devem ser imediatamente notificadas pela entidade adjudicante a todos aqueles que tenham adquirido as peças do procedimento;
  - c) A decisão sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, deve ser proferida até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites;
  - d) A decisão prevista no ponto anterior deverá ser junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham recebido ser imediatamente notificados do facto.
9. As propostas devem ser apresentadas até às **16h00** do dia **4 de abril de 2016** para a morada da Junta de Freguesia, ou através de correio registado, em envelope opaco e fechado, com





indicação exterior do nome ou designação do concorrente, a designação do objeto da contratação.

9.1. Para efeitos da contagem do prazo indicado no número anterior considera-se que o prazo para apresentação de propostas não se suspende aos Sábados, Domingos e Feriados;

9.2. Todos os demais prazos destinados à contratação suspender-se-ão aos Sábados, Domingos e Feriados;

9.3. A proposta deverá ser assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) do concorrente ou seu procurador.

10. É de 90 dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

11. Para efeitos de análise e avaliação das propostas, sempre que a Junta ache conveniente, pode pedir esclarecimentos sobre as propostas.

11.1. Os esclarecimentos prestados farão parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão.

12. A adjudicação será realizada segundo o critério da proposta de preço mais baixo.

13. O adjudicatário deve ainda entregar, no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:



- a) Documento comprovativo que tem a sua situação regularizada relativamente à situação tributária perante o Estado Português;
- b) Documento comprovativo de que tem a sua situação tributária regularizada emitido pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal.

14. Serão excluídas as seguintes propostas:

- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos no ponto 4 do presente convite ou que os mesmos não se apresentem nos idiomas permitidos;
- c) Que sejam apresentadas como variantes;
- d) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no ponto 9;
- e) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações.

15. A Junta de Freguesia reserva-se o direito de não adjudicar em qualquer circunstância, sendo tal decisão sempre devidamente fundamentada, não havendo direito a qualquer indemnização decorrente da elaboração das propostas.

16. Todas as notificações e comunicações far-se-ão pela Junta de Freguesia através dos contactos indicados no ponto 2.



17. A deslocação ao local para cumprimento da alínea b) do ponto 4 deve ser marcada através do telefone 296 298 194 – Susana Brilhante.

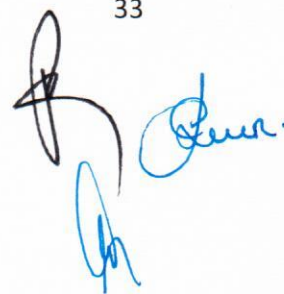
Com os nossos melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta de Freguesia

Rui Alexandre Barbosa de Sousa

**Anexo:** Caderno de encargos em suporte informático (CD)





# ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 4 do presente convite à apresentação de proposta]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “**Construção do Espaço Recreativo Exterior do Sertão**”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) - se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) Proposta;

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado[a] por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (5) (6)];

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8) (9)];

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (11);

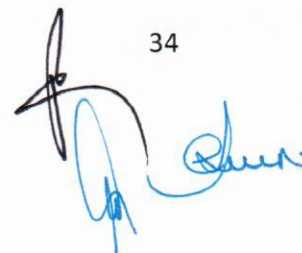
f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15)





[ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16) (17)]:

- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido CCP, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada.

[Local e data] [Assinatura]

- 1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- 2 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- 3 Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração
- 4 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- 5 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- 6 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- 7 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- 8 Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- 9 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- 10 Declarar consoante a situação.
- 11 Declarar consoante a situação.
- 12 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 13 Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 14 Declarar consoante a situação.
- 15 Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- 16 Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- 17 Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.